

DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO TRATA AS DESIGUALDADES SOCIAIS

HOW DOES EDUCATION ADDRESS SOCIAL INEQUALITIES

Franciéli Cavalheiro de Araujo¹
André Luciano Alves²

RESUMO: Esse artigo analisou o evidente motivo das desigualdades sociais em nosso país, essa exclusão social faz parte dos grupos e classes sociais, da história do Brasil, e da educação brasileira. As desigualdades sempre foram evidenciadas, no decorrer das décadas da história da educação. Mas esse disparate está tomando rumos exacerbados, sendo notoriamente, especificado no contexto da pandemia. A educação desde sua existência foi excludente, com as classes minoritárias. A educação nunca foi o destaque do Brasil, mas não é por isso que deixará de (Piletti, 1985) compreender a realidade social e educacional, em que vive e participa ativamente. A partir da Constituição de 1988, foram analisados os direitos relacionados à educação, para melhor compreensão dos avanços educacionais.

Palavras-chave: Desigualdade social. Qualidade da educação. História da educação. Pandemia.

ABSTRACT: This article analyzed the obvious reason for social inequalities in our country, this social exclusion is part of social groups and classes, of the history of Brazil, and of Brazilian education. Inequalities have always been evident throughout the decades of the history of education. But this nonsense is taking an exacerbated turn, being notoriously specified in the context of the pandemic. Education since its existence was excluding, with the minority classes. Education has never been the highlight of Brazil, but that is not why it will (Piletti, 1985) fail to understand the social and educational reality in which it lives and actively participates. From the 1988 Constitution onwards, the rights related to education were analyzed for a better understanding of educational advances.

Keywords: Social inequality. Education quality. History of Education. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos nas desigualdades sociais, em nosso país, é conveniente pensarmos na educação como a solucionadora, ou pelo menos a minimizadora de tal situação. Sendo assim, foi encontrado o seguinte problema. Qual é a relação entre a desigualdade social e a educação?

Levando em consideração o quadro educacional nas escolas brasileiras, a qualidade

¹Licenciatura em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: francieliaraujo@sou.faccat.br

² Docente da FACCAT. Doutor em educação. E-mail: andrealves@faccat.br.

do ensino não é igualitária para todos. Quanto mais avançada a educação se torna, mais se evidencia as suas desigualdades sociais e regionais existentes em nosso país.

A educação brasileira precisa erradicar o enorme abismo social que há entre a população. Sendo que a qualidade do ensino, no Brasil, é mensurada por exames padronizados, não levando em consideração as diferenças culturais e suas diversidades.

A percepção de padronização e universalização na educação não é cabível neste momento. Entretanto é necessário o reconhecimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) e que elas sejam condizentes com as diversas realidades.

Corroborando as desigualdades sociais e a educação em nosso país. A Constituição Federal de 1988 nos diz o seguinte:

Art. 145. A União, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

III- Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

VII- Garantia de padrão de qualidade. (BRASIL. Constituição (1988)- Compilado).

Em virtude dos fatos mencionados, leva-se em consideração que o “Art. 145 e o inciso III, se referem aos tributos que são arrecadados, para a melhoria das obras públicas”, dentre elas estão as instituições públicas de ensino. Que por algumas vezes a Constituição Federal valida as leis, mas não faz valer a lei.

Segundo a diretora Cacau Rhoden, do documentário, (Nunca me sonharam. 08 de junho de 2017). Tem uma EEEFM Batista Belo de Carvalho, em Santarém (PA), que possui uma unidade de ensino pública que não é reformada há 30 anos. A escola se encontra em total descaso.

Todavia com base na Constituição Federal de 88, os recursos financeiros que é para a contribuição e melhoria das obras públicas, dar-se-ão de entender, que não são o suficiente ou não estão sendo repassadas para seus devidos fins.

Segundo a Agência Brasil, realizou um censo escolar feito em 2015:

Apenas 4,5% das escolas públicas do país têm todos os itens de infraestrutura

previstos em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE), de acordo com levantamento feito pelo movimento Todos pela Educação. As condições de infraestrutura são mais críticas no ensino fundamental, etapa que vai do 1º ao 9º ano: 4,8% das escolas possuem todos os itens. No ensino médio, a porcentagem sobe para 22,6%.

Com base nos dados acima, apenas 4,5% e 4,8% das 139.176 escolas públicas no Brasil (Observatório de Educação- Instituto Unibanco), tem uma infraestrutura adequada para seus estudantes.

É difícil compreender, um país que cobra taxas e impostos por quase tudo, o que circula nele. Sendo que a muitos tributos e impostos, no entanto, poucos repasses são realizados.

No Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada [...]”. Quando nos referimos a não equidade no ensino, refiro-me a somente a vertente maior dos problemas do ensino do Estado, do não cumprimento de leis em alguns municípios.

O Art. 206. Inciso I- Igualdades de condições [...]. Analisando o referido artigo e seu inciso a educação e as pessoas, que dependem dela são literalmente iguais, perante ao estado.

O inciso VII- “Garantia de qualidade”, nos remete a entender que estamos em padrões elevados na educação, sendo que a um descaso muito grande, em virtude dos nossos antepassados, e uma separação entre classes sociais que gera as desigualdades sociais. A ideia da meritocracia, é muito boa para não resolver problemas.

A educação pode resolver os problemas sociais do Brasil, o fato é que as desigualdades sociais não serão resolvidas sem que haja uma política pública apartidária que elabore e implemente as diversas realidades. Necessitamos de uma educação de qualidade para todos. A educação pode sim modificar toda a sociedade, porém as pessoas precisam de uma estrutura social digna para que haja evolução.

OBJETIVO

1.1 Objetivo geral

Analisar as desigualdades sociais na educação.

2.1 Objetivos específicos

- Compreender as desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais.

Diante das grandes desigualdades sociais, a Confederação Oxfam Internacional Brasil, busca soluções para o problema da pobreza, desigualdades e injustiças sociais.

Conforme a Oxfam Brasil, (2007, p.9), “A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades”. É perceptível que há uma certa “punição” desse naturalismo social, pois certas atitudes geram consequências, e estas podem ser refletidas no nosso meio social.

Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 10), “Até 2030 erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC \$3,20 (238 mês) equivale per capita por dia”. (Dados 2019).

É de suma importância erradicar a pobreza, porém estes dados até 2030. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) foram elaborados com uma porcentagem de 3% da população. Atualmente a porcentagem é de 12,7% (Dados de nov. 2020).

Em conformidade com a ODS 4 Brasil, referente a Educação de Qualidade:

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental, e o médio equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

O conceito de "qualidade" embutido neste processo na Lei 9.394/96 no Art. 69.

A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

A porcentagem é de 18% e 20% uma porcentagem muito pequena, perto da grande contribuição que o Estado poderia repassar para a educação. Entretanto, se esse valor fosse repassado de maneira total, seria de grande valia, porém não, é o que vemos na prática.

O papel que o sistema educacional exerce para a manutenção da desigualdade social pode ser analisado com mais clareza, a partir do impacto do neoliberalismo na acentuação

da tensão existente entre Educação pública e privada.

Estes dados refletem a “exclusão” do sistema educacional, o ensino público, precarizado não conseguindo fornecer ao estudante condições para que ele passe por uma barreira social.

Segundo GUZZO, Raquel Souza Lobo e EUZEBIOS FILHO, Antonio (2005 apud OLDRINI,2004; TONET, 2005). O que envolve as relações de desigualdades sociais e sua estrutura, está relacionado a premissa do sistema capitalista.

Focalizando a análise no sistema capitalista, a perspectiva adotada neste trabalho parte da premissa de que a desigualdade social, na forma como se apresenta atualmente, corresponde, primeiramente, a uma crise estrutural que envolve, certamente, determinados valores e ideologias, mas que encontra sua matriz nas relações de produção, quais sejam nas relações sociais estabelecidas por meio do trabalho assalariado”.(GUZZO, Raquel Souza Lobo e EUZEBIOS FILHO, Antonio 2005 apud OLDRINI,2004; TONET, 2005, grifo do autor).

Segundo POCHMANN E COLS ressalta que:

O gasto com Educação é uma realidade nas camadas alta e média da população. Dados apresentados em uma pesquisa realizada em todo o território nacional, com o objetivo de mapear a exclusão social no país, mostram que gastos com Educação correspondem a 4% do orçamento das famílias mais ricas do Brasil. O alto investimento que as camadas médias e altas da população empregam nas instituições de ensino privado, facilitam sua abertura, representando um processo de mercantilização do sistema educacional, que encontra sua origem na desvalorização do sistema público e na monopolização de verbas do Estado. Este processo contribui para manter uma situação conveniente para a elite brasileira, que encontrou condições para criar espaços de Educação própria, distantes dos pobres, e capazes de manter o nível de “qualidade” exigido pelo mercado” (GUZZO, Raquel Souza Lobo e EUZEBIOS FILHO, Antonio (2005 apud, PATTO, 1997, grifo do autor).

Da mesma forma, as igualdades sociais permeiam as classes mais altas, a princípio para que este alto investimento na educação, seja um diferencial competitivo, sendo uma abertura de classificação vantajosa para o mercado de trabalho.

De acordo com DA COSTA TEIXEIRA, Renato; MUNIZ, José Wagner Cavalcante; NAZARÉ, Daniela Lobato.

O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo”. (DA COSTA TEIXEIRA, Renato; MUNIZ, José Wagner Cavalcante;

NAZARÉ, Daniela Lobato, 2017 (apud, APPLE, 2000, p. 53).

Diante disso, discutem-se programas compensatórios na educação com o intuito de melhorar a qualidade da educação pública. Há também de se analisar o currículo estabelecido para a educação que não leva em conta as diversidades sociais. Um currículo engessado e tradicional que busca uma excelência baseadas nas práticas educacionais historicamente construídas pelas classes mais altas, e que torna ineficiente para o contexto educacional de uma classe menos favorecida.

Esses processos sociais, estão contribuindo para a separação entre indivíduos e grupos, em contrapartida os conflitos são gerados por competição, por eliminação ou enfraquecimento de maneira conflitante.

- Analisar as desigualdades educacionais no Brasil

A relação entre a pobreza e a educação estão estreitamente ligadas. As condições sociais intervêm na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se equivalem, de forma geral, em desigualdades educacionais, reciprocamente.

A incumbência de educar, dentro e fora da escola, colaborando com a aprendizagem. É responsabilidade destes, conhecer os estudantes e suas realidades, servindo de ligação entre o ensino e a aprendizagem de maneira significativa na construção do conhecimento.

É verídico que a pobreza influencia no conhecimento, mas não é a única responsável, os problemas são bem mais complexos e interferem na educação. As políticas educacionais não atendem adequadamente às necessidades básicas das escolas, definhando o sistema educacional no que se refere aos subsídios necessários para o bom funcionamento das escolas. De acordo com Gentili (2005, p.11):

A maneira que a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

Portanto, o currículo estabelecido não leva em consideração as diversidades sociais. Um currículo engessado e tradicional que busca primazia baseadas nas práticas educacionais historicamente construídas pelas classes mais altas, e que se torna incapaz

para o contexto educacional de uma classe menos favorecida. Entretanto o problema não está somente na qualidade e nível no ensino. Nesse contexto, a escola pública requer mudanças tanto no currículo quanto na prática da construção do conhecimento.

Se analisados com os outros países de nível semelhante de desenvolvimento e renda *per capita*, o desempenho educacional do Brasil é insatisfatório; apenas consegue superar os países pobres da América Latina. Os indicadores sociais revelam que o país não oferece as mesmas oportunidades educacionais para todos os estratos sociais da população, e que as diferenças educacionais entre ricos e pobres, brancos e negros é bastante expressiva (Silva; Hasenbalg, 2000).

Os indicadores sociais revelam o grande fracasso que é o ensino público, hoje no país de acordo com Barcelos (1993), os baixos índices educacionais são umas das características mais marcantes do desempenho escolar brasileiro. Segundo o referido autor, “o fracasso do sistema educacional se faz sentir no desempenho de pardos e pretos” (Barcelos, 1993, p.23).

- Delimitar e compreender a acentuação da desigualdade gerada pela pandemia da Covid- 19 nas redes de ensino.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu o surto da doença como pandemia. O impacto da pandemia na educação brasileira, agrava desigualdades já existentes, afetando de forma mais severas, grupos que já apresentavam vulnerabilidade social.

Segundo o economista Ildo Lautharte, “A Covid- 19 impõe desafios nunca vistos na educação do Brasil - Manter os alunos aprendendo durante a pandemia da Covid- 19 impõe desafios sem precedentes à educação no Brasil”. (The World Bank, 2020). Segundo o referido autor, são mais de 47 milhões de estudantes fora da escola a fim de conter o vírus.

Em virtude dos fatos mencionados, para dar continuidade ao ensino. Muitas escolas perceberam que precisavam de um elemento do qual não dispunham: capacidade para o atendimento remoto. Mais uma vez escancarou-se a desigualdade e a crise: as poucas escolas, privadas, que estavam equipadas ou que conseguiram se organizar rapidamente, saíram na frente.

“Este fator em si se apresenta como negativo porque, além de prejudicial à formação das crianças e adolescentes, ainda mostra o abismo que existe entre a realidade

das escolas dos pobres e das escolas dos ricos. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020), apenas 3,2% dos alunos mais pobres têm aprendizado adequado em matemática ao final do ensino médio contra 45,7% dos mais ricos; esta diferença tende a piorar, uma vez que as escolas privadas, ainda que muitas delas de forma precária, continuaram com as aulas online logo na primeira semana de pandemia, enquanto que em alguns estados e municípios os alunos ficaram até quatro ou cinco meses sem aulas”. (PREZZI, 2021, p. 6)

A pandemia fortaleceu as desigualdades, tornou mais evidente os pontos fracos da educação. Por outro lado, a defasagem tecnológica, o que só piora a relação do Brasil, em relação a outros países.

2 Referencial Teórico

2.1 Desigualdades sociais

As práticas pedagógicas desenvolvidas atualmente nas escolas brasileiras. Tem uma grande influência no que foi produzido como conhecimento no decorrer da história da educação. A história da educação nos permite compreender alguns aspectos, relevantes nos ideais da Escola Renovada ou Escola Nova (tendo como base o construtivismo). Os caminhos percorridos pela história da educação no Brasil, do século XX. Nos permite compreender a correlação dos fatos da escola que possuímos, atualmente.

Na década de 1920 temos como parâmetro principal a educação religiosa. Que aos poucos vão sendo substituídas pelas práticas de ensino laico (desvinculadas da religião). Tendo como base a Pedagogia Tradicional, tal prática tendo como base a rigidez e a centralização do processo no professor.

Durante a Primeira República em 1920, ocorreu o Entusiasmo pela Educação, sendo um movimento de caráter qualitativo, sendo relacionado com a expansão da rede escolar. A fim de diminuir o analfabetismo brasileiro. Certamente, havendo interesses políticos por trás do projeto de alfabetização.

A Primeira República ocorreu de 1889 a 1890, havendo a expansão das lavouras cafeeiras. Com a instalação dos portos, houve uma reformulação urbana. Com o crescimento industrial. Obtivemos o período escravocrata, sendo mais tarde substituído pelo trabalho assalariado. Com isso, surgiram as carreiras intelectuais e burocráticas. Com

isso, as famílias descobriram a escola como um dos melhores recursos para seus filhos.

As discussões políticas sobre a República, tinham a necessidade de expansão da escola pública. Entendendo que os problemas do país, só poderiam ser solucionados com o auxílio da educação de maneira instrucional.

O Movimento do Entusiasmo pela Educação, teve seus altos e baixos por causa das oligarquias (os grandes cafeicultores). Que em 1984, procuravam afastar os “intelectuais”. Nesse período o país era governado pelos coronéis. Dessa maneira o Movimento do Entusiasmo pela Educação, ficou adormecido. Sendo resgatado somente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O sentimento patriótico chamou a atenção dos intelectuais, para o desenvolvimento do país, envolvendo a questão da educação.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2001), em 1920, aborda que 75% da população brasileira era analfabeta. Todavia os analfabetos não poderiam contribuir com o voto. Entretanto, alianças surgiram contra o analfabetismo. Pois, com a ajuda destes eleitores, seria possível retirar os cafeicultores do poder.

A prática pedagógica Tradicionalista em 1920, tinha suas metodologias baseadas em heranças das metodologias do ensino religioso (jesuítico), apesar do nascente Movimento Literário, os professores dessa época em sua era em sua grande maioria religiosos ou leigos. Seus princípios pedagógicos eram relacionados com os pensamentos jesuíticos. A escola era destinada às classes mais favorecidas, e por mais que o Movimento do Entusiasmo pela Educação, persistiu pouco foram suas conquistas.

Em 1930 houve a Segunda República, que ocorreu de (1930- 1937). Emergiu o Movimento do Otimismo Pedagógico. Tal movimento mais tarde substituiu o Entusiasmo pela Educação. Devido ao fracasso dos poderes oligárquicos da Primeira República.

O atual Movimento do Otimismo Pedagógico, visava melhores condições para o ensino. Com ênfase nos aspectos qualitativos para a educação. Como somatória a escola nova, apresenta políticas educacionais como teoria da educação.

O Movimento escola nova em prol da renovação pedagógica, foi ao encontro da substituição do atual modelo tradicionalista. Com a aproximação das tendências europeias, trouxeram consigo o construtivismo.

A década de 1930, foi marcada por conflitos políticos e religiosos a respeito da pedagogia nas escolas. Nesse mesmo ano, houve a Revolução de 1930, movimento político,

que conquistou o afastamento das oligarquias cafeeiras do poder, e a posse provisória de Getúlio Vargas, como presidente da República.

A Era Vargas foi responsável pela “modernização” do Estado. Articulando com o movimento trabalhista, com políticas populistas, acalmando os liberais. E ao mesmo tempo freando a vontade dos democratizantes, do Movimento Renovador da Educação.

A Constituição de 1934 apresentava características claras com relação à democracia. A Carta Magna de 1937, insistiu o Estado Novo, produzida por Ghiraldelli Jr. (2001), chamada a tecnoburocracia getuliana.

Compreende ao Estado Novo os anos de 1937 a 1945 para desemcumbir a educação pública, mantendo o ensino público, desobrigando o cargo das famílias mais abastadas. O Estado Novo separou aqueles que podiam estudar pois provêm de famílias ricas, daqueles que teriam de enfrentar o mercado de trabalho a classe operária.

As lutas em prol da educação foram abafadas pela ditadura imposta pelo golpe de 1937. Somente em 1942, é voltado a falar sobre os rumores da educação em prol da democracia. Nesse momento surgem as escolas profissionalizantes, como Senai e Senac.

Ao final do Estado Novo, houve o enfraquecimento da ditadura Vargas, retornou aos projetos populares, e os ideais da escola nova se encontram divididos a fim de desfazer o Estado Novo, afastando as forças com bases da direita aliadas.

Com o início da Quarta República, 1945 a 1947 ocorreu a democratização do país, ou seja o fim do período da ditadura, havendo o retorno das políticas educacionais.

Em 1946 uma nova Constituição é assinada. De acordo com essa Constituição, a União deveria fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Sendo a primeira vez que se falou em LDB), o projeto foi reformado somente nove anos depois da sua elaboração. Porém, o projeto original foi substituído pelo projeto Lacerda, em 1958, gerando conflitos entre os defensores da escola privada e a pública.

A década de 1950 foi marcada por discussões em torno da LDB, relacionado a organização da escola pública, sob responsabilidade do Governo Federal. Os movimentos com relação ao desenvolvimento e implementação da LDB. Em 1958, tivemos discussões acirradas sobre os modelos pedagógicos brasileiros, adiando a votação da LDB. O Movimento Escola Nova, se estende até a próxima década.

A década de 1960, foi marcada por vários acontecimentos importantes como a

assinatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os movimentos da educação popular, com o surgimento da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, com o enfraquecimento da educação Nova, e o Golpe de 31 de março de 1964.

A nova LDBEN, promulgada em 1961. Segundo Ghiraldelli Jr. (2001), sofreu 200 emendas diferentes desde sua apresentação à União em 1947. Com tantas modificações, ela foi considerada pelos intelectuais da escola nova, uma vitória pela metade, sendo motivo de frustração para muitos, já que não atendia as necessidades das escolas brasileiras.

Em 1960 o Brasil, tinha o crescimento mais voltado para a parte industrial, gerando novos empregos. Com a mão de obra barata, o panorama econômico brasileiro, permitiu a entrada de indústrias estrangeiras em território nacional. Fazendo aflorar o movimento da cultura popular.

Com a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Integrando a educação popular. Tendo Paulo Freire, à frente das ações, que se originam como Pedagogia Libertadora, tendo como seu principal objetivo o ato educativo, em si um ato político.

Com o enfraquecimento dos ideários dos escolanovistas, seus métodos de formação eram caros, por isso exigiam mais qualificação dos professores. Por isso, a escola Nova estava localizada no interior das escolas privadas. Não conseguindo respaldo econômico, para se desenvolver nas escolas públicas.

A década de 1970 foi marcada pela ditadura militar, interferindo principalmente no ensino escolar. A ditadura por meio de repressão, e privatização do ensino, com a exclusão das classes populares das escolas públicas de boa qualidade, tecnicismo pedagógico, desqualificação e desvalorização do magistério, por meio das legislações educacionais, e a institucionalização do sistema profissionalizante.

O sistema educacional, dentro da ditadura brasileira, "não deveria despertar aspirações que não pudessem ser satisfeitas". As reformas educacionais promovidas pelas Leis 5.540/68 e 5.692/71. Instituíram o funcionamento burocratizado e desligando-se das questões sociais, dando espaço para a Pedagogia Tecnicista.

A Pedagogia Tecnicista, tem como base a técnica de produção taylorista/ fordista, modelo de educação usado para preparar tecnicamente os profissionais, para assumirem linhas de produção, visando separação intelectual e instrumental, delimitando funções entre trabalhadores e dirigentes.

Ao final da década de 1970 até os dias atuais, vem sendo lutado pelas práticas de politização, com o processo de organização coletiva, ao acesso das classes populares à educação.

Lutas que visam transformação para a realidade educacional, visando salários mais justos e melhores condições de trabalhos, relacionando com a insatisfação das sucessivas administração escolares. (Bessa, 2011, p. 25-31, grifo do autor).

Na década de 1980 para Gentili (1998), o discurso de qualidade parece como contraface a multiplicação dos discursos sobre democratização, sendo possível somente pelo conceito de qualidade total voltado para a mercantilização (ganhos de produtividade). Assumindo o novo discurso de conservadorismo, tratando de dissolver espaços públicos, entre eles, a escola.

Segundo Paro (2001), os problemas da educação escolar passaram a ser vistos por órgãos governamentais. Os gestores agiram como se tivessem em indústrias centralizando trabalho e o poder, baseado em uma produtividade pautada na repetição instrumental, promovendo dentro do espaço escolar empresas, com a perspectiva de ampliar a produtividade pautados nos conceitos de competência, eficiência e qualidade (VALLE,1997).

Em virtude dos fatos mencionados, é dentro desse panorama político educacional, que pende o modelo tecnicista de trabalho que encontramos no início do século XXI. A educação há séculos vem sendo sabotada por uma oligarquia aristocrática.

O poder exercido por algumas pessoas e seus grupos sociais, está caracterizado pelo "domínio-submissão". De acordo com Edela L. P. de Souza (Op. cit., p. 86-7), nos seguintes termos:

A necessidade de poder se caracteriza pelo desejo de exercer influência e impacto sobre os outros. Revelou-se também que o poder tem duas faces: uma negativa e uma positiva. A face negativa ou pessoal se caracteriza pela equação "domínio-submissão". A fórmula é a seguinte: se eu ganho, tu perdes; se tu ganhas, eu perco. A vida em sociedade é um jogo competitivo; impera a lei da selva; os mais fortes sobrevivem à custa dos adversários vencidos. A face positiva ou socializada do poder se caracteriza pela ocupação em clarificar os objetivos do grupo, em prover os meios para alcançar esses objetivos e em fazer com que o grupo se sinta forte e competente para realizar o que seja. (Piletti, 1985, p. 31).

A estratificação social destes grupos se dá por meio de classes, sendo considerada pela condição social do indivíduo. Segundo Piletti (1985, apud Maria Isaura P. de Queiroz

(*Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/ Edusp, 1978, p. 92-4), características do sistema de classes:

- O lugar dos indivíduos na hierarquia social é determinado por sua situação econômica: renda, propriedade, prestígio profissional, etc.
- Os indivíduos com a mesma posição na escala social recebem as mesmas informações, consomem os mesmos produtos, etc.
- A ascensão de uma classe inferior a uma superior não é aberta nem fácil. Os que estão numa posição elevada resistem à ascensão dos que estão em posição inferiores.
- As camadas superiores, minoritárias, apoderam-se das profissões de maior prestígio e são formadas pelos indivíduos mais ricos.
- As camadas superiores exercem autoridade e controlam as camadas inferiores.
- Existem pontos de tensão entre os estratos sociais. Essa tensão pode manter-se em nível inconsciente, aparentando uma harmonia social, mas pode haver uma tomada de consciência e um despertar para a luta de classes.
- A luta de classes manifesta a ambiguidade das classes médias: seus interesses não coincidem com os das classes superiores, mas é com estas que querem identificar-se. (Piletti, 1985, p. 41)

2.2 Escola como reflexo das desigualdades

Para compreendermos melhor o reflexo das desigualdades em nossas escolas, começaremos compreendendo quem são os sujeitos participantes do meio escolar, e qual é a sua interação de maneira social. Segundo Piletti (1985, p.26). “Processos sociais são mecanismos através dos quais se dá a interação entre indivíduos e grupos, na vida social.”

No âmbito escolar encontramos os processos sociais, que contribuem para a união ou separação destes indivíduos. Entre os principais processos temos: cooperação, competição, conflito, e acomodação.

A cooperação é um processo de atender interesses, sejam eles pessoais ou em grupos, já na sala de aula o trabalho competitivo contribui para a melhor convivência, entre os estudantes, valorizando o bem coletivo. (Piletti, 1985, p.27).

Ao analisarmos a competição entre esses grupos sociais, percebe-se a superação entre as classes sociais. Na maioria das vezes, as competições são maneiras compensatórias. Segundo Piletti (1985, p.27). “Na sala de aula, quando as primeiras qualificações são muito valorizadas, ou quando o professor dá muita importância à nota, gera-se um clima de competição em que alguns tendem a superar, a vencer os outros.”

A competição pode gerar conflitos, estes podem ser ocasionados por vários motivos, já na escola pode ser por chacotas ou intrigas entre os próprios estudantes. Muitas vezes estas são de maneira violenta, são distinção de grupos.

Na acomodação encontramos a superação de um problema ou a tolerância, isso ocorre como aceitação de uma derrota ou vitória. No âmbito escolar a reprovação, é ocasionada porque em algum momento houve acomodação, seja, pela parte docente na hora de ensinar, ou pelo estudante no momento de aprendizagem.

A assimilação que temos entre a relação da linha tênue entre a escola e o meio social desigual, onde estes indivíduos vivem, também tem a incumbência cultural. De acordo Piletti (1985, p.37) “Podemos afirmar que, concretamente, a sociedade compõe-se de grupos sociais mais ou menos amplos, com interesses próprios e muitas vezes conflitantes”.

A escola tem a função básica de alfabetizar e letrar pessoas, pois é por meio dela que o estudante desenvolve um senso crítico, de tal maneira que compreenda a sua realidade e compreenda a realidade social de seu país. Para Émile Durkheim a definição de educação.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para uma vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 11.ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1978, p. 41).

De acordo com PEREIRA (2003, apud Luckesi, 1994, Saviani, 1985).

Educar não significa simplesmente transmitir/adquirir conhecimentos. Existe, no processo educativo, um arcabouço de representações de sociedade e de homem que se quer formar. Através da educação as novas gerações adquirem os valores culturais e reproduzem ou transformam os códigos sociais de cada sociedade. Assim, não há um processo educativo asséptico de ideologias dominantes, sendo necessária a reflexão sobre o próprio sentido e valor da educação na e para a sociedade (Luckesi, 1994; Saviani, 1985).

Segundo Piletti, a educação e o controle social.

Ninguém escapa da educação. Ela é a condição necessária para a vida humana. Mas a educação é paradoxal: ao mesmo tempo que é instrumento de controle social, ela contribui para a modificação das condições existentes; ao mesmo tempo que oprime, liberta. (Piletti, 1985, p. 94).

Em virtude dos fatos mencionados, para que a educação não fique de maneira tão

desigual nos conteúdos propostos pelo Estado. Surgiram algumas teorias educacionais para justificar o sistema capitalista. De acordo com (Bessa, 2011, p.34). “A pedagogia liberal, mantém a ideia de que a escola tem a finalidade de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais. Assim se adaptando às normas vigentes da sociedade burguesa”.

Para PEREIRA (2003, apud Behrens, 1999, Collares et al., 1999:207)

Para Behrens (1999) este tipo de prática pedagógica ainda é freqüente na universidade brasileira. "O objeto cognoscível de que esse sujeito se apropria, "forma-o" pela incorporação não transformada dos conhecimentos adquiridos. Do ponto de vista da ciência clássica, a educação como formação intelectual forma os sujeitos transformando-os em seres a-históricos, racionais, em que o espaço para os acontecimentos está desde sempre afastado. Trata-se de negar a contingência da subjetividade para evitar o que ela supostamente seria: uma fonte de erros ou de perturbações" (Collares et al., 1999:207).

Em análise dos fatos mencionados, temos uma pequena menção do porque a escola, não está conseguindo acompanhar a sociedade ou os acontecimentos, que nela se sucedem. Primeiramente, a escola na sua grande maioria está direcionada para o capitalismo. Conforme, o senso comum “a escola era melhor no passado”, a escola nunca foi melhor, pois historicamente ela sempre foi excludente - seja pelas altíssimas taxas de repetência ou pelo acesso limitado.

2.3 O impacto da pandemia na acentuação das desigualdades na educação

Em virtude do contexto de pandemia, o ensino ficou mais defasado do que já era, suas lacunas ficaram ainda mais evidentes. É evidente que somente as pedagogias tradicionais não bastam. Até o aclamado ensino híbrido, que muitos professores temiam por suas tecnologias, não está dando conta desta enorme lacuna que se transformou a educação brasileira. De acordo com (Barros, 2018, p. 10). “Ficamos no último pelotão - 60ª posição. Ou seja, até a elite no Brasil aprende pouco na escola.”

Não condeno o ensino híbrido, afinal ela está sendo o nosso divisor de águas, em um momento tão delicado como este. Entretanto, com ressalva (Barros, 2018, p.10). Mesmo que houvesse “incentivos financeiros não adiantam se os professores não sabem exatamente como melhorar o aprendizado dos alunos”.

Tudo o que foi aprendido e ensinado até aqui, relacionado às aprendizagens e suas teorias se tornaram ineficientes. Pois o estudante estudava o conteúdo e suas maneiras de aprendizagem, hoje temos o modelo reverso, a escola procura a melhor forma de compreensão para o aprendizado deste estudante.

Segundo o gestor de estudo Iete- CTE

Cerca de 60% dos estudantes são atendidos pelo Bolsa Família. Se fizéssemos aulas on-line, uma minoria conseguiria acompanhar, o que iria prejudicar os demais. Ademais, esbarramos em outra problemática, a falta de estrutura da própria Secretaria para elaboração e edição dos vídeos e dos professores em gerar suas aulas. GESTOR – Estudo Iede-CTE IRB. A maioria destes estudantes vive em situação de extrema pobreza e não têm acesso à internet. Eles residem na zona rural, em chácaras muito distantes umas das outras.

Para MORAES (2014, apud Friedman, 1995) o ensino e a qualidade da escola privada é mais eficiente.

Friedman (1955), por exemplo, argumenta que as famílias deveriam receber cupons do governo que permitissem mandar alguns de seus filhos para escolas particulares em vez das públicas. O argumento de Friedman a favor desse tipo de política é que a escola privada era mais efetiva e eficiente que a pública e que a maior competição entre os setores e a aleatorização dos alunos entre escolas, induzida pela política, faria com que o setor público se aproximasse dos padrões do setor privado, gerando melhoria geral na qualidade educacional da nação, a menores custos.

De acordo com Instituto Península (2020, apud CETIC - TIC Domicílios 2019)

De acordo com os dados da TIC domicílios, 20 milhões de domicílios brasileiros (28% do total) não tem acesso à internet, proporção que chega a 48% na área rural e a 45% na faixa de menor renda.

Quando um estado não possui os recursos necessários, a criatividade se torna um grande aliado da educação. Segundo, Instituto Península (2020)

Aqui no interior de Alagoas, sabendo que muitos jovens não têm acesso à internet, eles [os governos], estão dando as aulas pelas rádios. Então, muitos alunos estão utilizando os rádios nesse momento. Eles chamam aula-rádio. JOVEM ESTUDANTE – ESTUDO CONJUVE & PARCEIROS

A discrepância entre as classes sociais está cada vez mais evidente. A pandemia, está apenas evidenciando isso a cada dia que passa.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada será estruturada para que se possam alcançar os objetivos listados no presente trabalho, com a finalidade de fazer o uso de bases coerentes para a investigação, tendo a utilização dos conhecimentos metodológicos como base fundamental

qualitativa, exploratória e bibliográfica.

Segundo Tozoni- Reis (2010, apud Gil, 1996, p. 12) qual é o procedimento e o objetivo da pesquisa

Pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...]. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas, e outros procedimentos científicos [...] ao longo de um processo que desenvolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (Gil, 1996)

A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção do conhecimento sobre os fenômenos sociais e humanos, interessa muito mais conhecer e interpretar seus conteúdos, pois, como afirma Minayo (1998), trata-se de um

Universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operação de variáveis

Conforme Tozoni- Reis (2010, apud Severino, 1985, p. 43), os procedimentos da pesquisa bibliográfica são bastante específicos.

Interpretar, num sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estreita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor. (SEVERINO, 1985, p. 60)

A pesquisa bibliográfica é feita com base no levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por escritores, podendo ser encontrada em livros, artigos científicos, páginas de web site, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados conclui-se que as desigualdades sociais sempre foram presentes no Brasil. A educação sempre foi contraditória e excludente. O que é direito de todos, passou a ser programas compensatórios, para amenizar as lacunas já existentes.

Em um segundo momento esta pesquisa abordou o impacto da pandemia com as desigualdades sociais, a pandemia evidenciou as desigualdades, trouxe à tona a realidade do ensino brasileiro. Entretanto, não pode ser abordado um resultado de total aprofundamento, pois a pandemia não terminou. Somente depois do término da pandemia,

analisaremos as lacunas deixadas.

Para os problemas sociais do Brasil, encontram-se tais soluções. Segundo a (Oxfam Brasil) Equilibrar o sistema tributário. Promover oferta de trabalho, Revogar a emenda constitucional de 95 teto de gastos, Investir em saúde e educação e combater a corrupção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988. Acesso em 15 de jun de 2021. Disponível em : Constituicao-Compilado

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2011. Acesso em 15 de jun de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em 15 de jun de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BESSA, Valéria da Hora. / **Teorias da Aprendizagem**./ Valéria da Hora Bessa.2.ed.- Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011, p.25- 32. Acesso em: 30 de jun de 2021.

DOCUMENTÁRIO. **Nunca me sonharam**, Direção: Cacau Rhoden. Produção: Marinha Farinha Filmes. Brasil. Apresentado por: Instituto Unibanco, 2017. Acesso em 11 de jun de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S6c3e1lgUY> (1h 24 min e 16 seg)

EDUCERE. **Escola , pobreza e aprendizagem: Reflexões sobre a educabilidade**. Acesso em 16 jun de 2021, 2015. Disponível em: ESCOLA, POBREZA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A EDUCABILIDADE

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZÉBIOS FILHO, Antônio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre Educação**, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005. Disponível em: 16 de jun de 2021

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Acesso em 15 de jun de 2021. Disponível em: ODS 1 - Erradicação da Pobreza.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Retratos-da-Educação-na-Pandemia Digital.pdf**. Acesso em: 05 de jul de 2021. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/>

MORAES, André Guerra Esteves de; BELLUZZO, Walter. O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova economia**, v. 24, p. 409-430, 2014. Acesso em: 05 de jul de 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/neco/a/x6DLSt9vxW7y4bPLjsKJ7cb/?format=html&lang=pt>

OXFAM BRASIL, **ações contra as desigualdades sociais**. Disponível em : <https://www.oxfam.org.br/especiais/10-aco-es-urgentes-contra-as-desigualdades-no-brasil/>. Acesso em 08 de jul de 2021

RELATÓRIO. **A distância que nos une, um retrato das desigualdades brasileiras**. Acesso em 15 de jun de 2021. Disponível em: https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_a_distancia_que_nos_une-1.pdf

REPOSITÓRIO. **A educação pós- pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional**, 2021. Acesso em 17 de jun de 2021. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1663/1/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%B3s-pandemia%20uma%20an%C3%A1lise%20a%20partir%20da%20desigualdade%20educaciona%20l.pdf>

PILETTI, NÉLSON. **Sociologia da Educação**/ Nelson Piletti. - 2. ed. - São Paulo: Ática, 1985. Acesso em: 04 de jul de 2021.

PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 1527-1534, 2003. Acesso em: 05 de jul de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Jj6qF3CWvsZMfdNRC8GzyvH/?lang=pt>

THE WORLD BANK. **A covid- 19 impõe desafios nunca vistos na educação do Brasil**, 2020. Acesso em 17 de jun de 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2020/07/10/covid-19-coronavirus-pandemic-imposes-unprecedented-challenges-education-brazil>

TOZONI. Reis, Marília Freitas de Campos./ **Metodologia da Pesquisa**./ Marília Freitas de Campos Tozoni- Reis. 2. ed - Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. Acesso em: 05 de jul de 2021.

UNDIME. São Paulo. **A educação e as desigualdades sociais**. Acesso em: 15 de jun de 2021. Disponível em: <http://www.undime-sp.org.br>

UNIBANCO. **Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão**. Acesso em 20 de jun de 2020. Disponível em: [Panorama dos Territórios | Observatório de Educação](#)